

EDcl no AgInt nos EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.377.787 - SP (2018/0262050-2)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
EMBARGANTE : UP GRADE - CAMPO BELO
ADVOGADO : LEOPOLDO ELIZIARIO DOMINGUES - SP087112
EMBARGADO : AGAMI EMPREENDIMENTO IMOBILIARIO LTDA
ADVOGADOS : NUBIA FRANCINE LOPES ANDRADE E OUTRO(S) - SP292300
SERGIO QUINTERO E OUTRO(S) - SP135680
DEBORA SOUZA DE OLIVEIRA - RN015356

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos contra a decisão em que neguei provimento ao agravo em recurso especial.

Em seu recurso, a parte embargante alegou a existência de omissão e contradição, visto que “a r. decisão não enfrentou o fato de que a decisão recorrida acolheu integralmente a Impugnação ao Cumprimento de Sentença, no sentido de quitação pelo montante depositado, fixando inclusive sucumbência, inexistindo em tese decisão interlocutória”, reiterando os fundamentos do recurso especial.

A parte embargada, regularmente intimada, pugnou pelo não conhecimento do recurso.

Assim posta a questão, destaco que não se verifica a omissão apontada, devendo-se manter o acórdão recorrido por seus próprios fundamentos. Estão ausentes os pressupostos que dariam ensejo à sua oposição: omissão, obscuridade ou contradição.

Com efeito, o julgado embargado é claro em suas premissas e objetivo em suas conclusões, inexistindo vício a ser sanado. Apenas, a solução prestigiada não corresponde à desejada pelo embargante, circunstância que não eiva a decisão de nulidade.

A despeito da alegação de omissão no tocante ao suposto acolhimento integral da impugnação ao cumprimento de sentença, foi consignado expressamente que não há dúvidas de que a execução não foi extinta, pois, como expressamente consignado pelo Tribunal de origem, “o Juiz se limitou a fixar o montante devido pelo réu em face da condenação, mas não considerou extinta a obrigação, tanto que mandou o credor se manifestar quanto ao prosseguimento do feito (fls. 608 do agravo)” (fl. 804 e-STJ), razão pela qual o provimento jurisdicional impugnado não possui natureza jurídica de sentença,

conforme disposto no artigo 203, § 1º, do CPC/15.

Portanto, deveria ter a parte recorrente interposto o recurso de agravo de instrumento, conforme expressa previsão legal contida no artigo 1.015, parágrafo único, do novo diploma processual, que estabelece que “caberá agravo de instrumento contra decisões interlocutórias proferidas na fase de (...) de cumprimento de sentença”.

Isso porque “esta Corte tem o entendimento de que, no sistema do vigente Código de Processo Civil, a apelação é o recurso cabível contra a decisão que acolhe a impugnação ao cumprimento de sentença para extingui-lo. Entende, ainda, que a decisão que julga improcedente a impugnação, dando, assim, prosseguimento à fase executiva, não tem natureza jurídica de sentença definitiva, desafiando, por isso, agravo de instrumento. Ver, a propósito: REsp n. 1.767.663/SP, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 13/11/2018, DJe 17/12/2018; REsp n. 1.698.344/MG, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, julgado em 22/5/2018, DJe 1º/8/2018).”

Ademais, destaco que a contradição sanável por meio dos embargos de declaração é aquela interna ao julgado, caracterizada por fundamentos e conclusões inconciliáveis entre si, o que não ocorreu no caso concreto, senão vejamos.

Verifico, assim, que o embargante pretende, sob o pretexto de existência de omissão, o rejugamento da causa. Os embargos de declaração não se prestam ao rejugamento ou, simplesmente, ao prequestionamento de normas jurídicas ou temas que, segundo a ótica da parte, deveriam guiar ou conduzir a solução do litígio. Eles servem para suprimimento de omissões e esclarecimento de dúvidas e contradições do julgado, de tal forma que, se existentes tais vícios, sua correção venha eventualmente a prequestionar os pontos levantados pela parte.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RESPONSABILIDADE CIVIL. ERRO MÉDICO. DANOS MORAIS. MATÉRIA DE FATO. REVISÃO DO VALOR DA INDENIZAÇÃO. SÚMULA 7/STJ. CPC. ART. 535. VIOLAÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA.

1. Não ofende o art. 535 do CPC a decisão que examina, de forma fundamentada, todas as questões submetidas à apreciação judicial.

(...)

4. Agravo regimental a que se nega provimento.

Superior Tribunal de Justiça

(AgRg no Ag 829.006/RJ, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 17/9/2015, DJe 28/9/2015).

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DANOS MORAIS E MATERIAIS. INDENIZAÇÃO. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. ART. 535 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. REEXAME DE PROVAS. INVIABILIDADE. SÚMULA Nº 7/STJ.

1. Não há falar em negativa de prestação jurisdicional se o tribunal de origem motiva adequadamente sua decisão, solucionando a controvérsia com a aplicação do direito que entende cabível à hipótese, apenas não no sentido pretendido pela parte.

(...)

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 670.511/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 23/2/2016, DJe 1/3/2016)

Por fim, tendo em vista a mera repetição das razões já refutadas, destaco que a oposição dos embargos, por ora, não será considerada como protelatória ou como litigância de má-fé.

Em face do exposto, rejeito os embargos, nos termos do acima exposto.

Intimem-se.

Brasília (DF), 17 de março de 2020.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora